

# DIREITO FALIMENTAR



**ARMINDO DE CASTRO JÚNIOR**

***E-mail:* [armindocastro@uol.com.br](mailto:armindocastro@uol.com.br)**

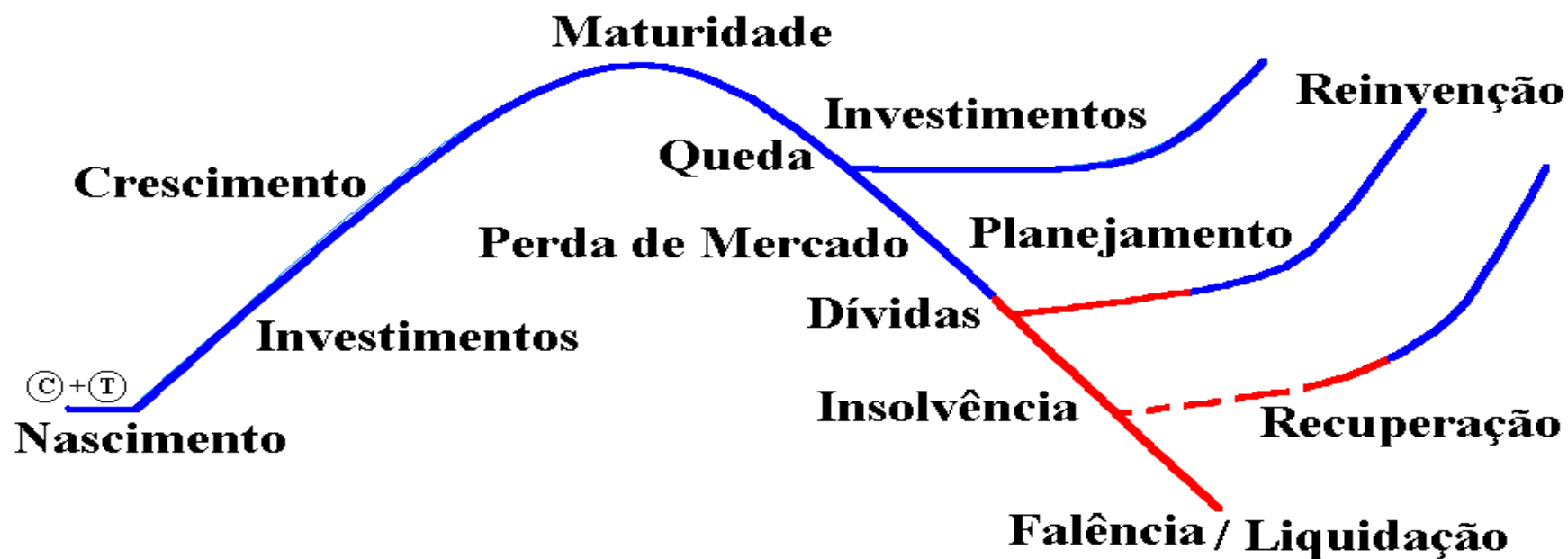
***Homepage:* [www.armindo.com.br](http://www.armindo.com.br)**

***Facebook:* Armindo Castro**

***Celular - WhatsApp:* (65) 99352-9229**

# Conceito de falência

- **Falência** (do latim “fallere” e do grego “sphallein”):  
falha, defeito, carência, engano ou omissão



# A LEI ANTIGA

## Decreto-lei nº 7.661/45

- **Três tipos de processos:**

**CONCORDATA**

**FALÊNCIA**

**CRIME**

# A LEI ANTIGA

## **CONCORDATA:**

- Conceito: “Contrato” entre devedor e credores + terceiro não contratante (o Estado-juiz) que visa a reabilitação do devedor em estado temporário de insolvência.
- Finalidade real: fazer o devedor ganhar tempo para negociar dívidas ou preparar sua empresa para a falência (“limpeza”)

# A LEI ANTIGA

- **FALÊNCIA:**

- **Conceito:** Forma jurídica de solucionar a situação jurídica do comerciante que não cumpre, no vencimento, com obrigações líquidas e certas.
- **Finalidade:** liquidação do patrimônio do devedor insolvente.
- **Processo desenvolvido em 3 fases:**
  - **Fase preliminar**
  - **Fase de sindicância**
  - **Fase de liquidação**



# A LEI ANTIGA

- **Fase preliminar** - do requerimento à sentença de quebra.
- **Fase de sindicância** - atos de administração dos bens da massa pelo síndico (auxiliar do juízo), atos de arrecadação, verificação de livros e dos atos dos responsáveis legais (gestão), convocação de credores, exame de créditos, elaboração do Quadro Geral de Credores etc.
- **Fase de liquidação** - atos de realização do ativo e rateio. Modalidade de realização: leilão (art. 117).

# A LEI ANTIGA

## ● **CRIME FALIMENTAR**

- **Conceito:** Todo e qualquer ato praticado antes, durante e até mesmo após a falência, com o objetivo de prejudicar credores em benefício próprio.
- **Exemplos:** Escriturar Livros Contábeis e Fiscais em atraso, não ter esses livros, não encerrar o balanço no prazo legal, falsificar, destruir ou inutilizar material utilizado para escrituração.



# A LEI ANTIGA

- **VANTAGENS:**

- construção doutrinária e jurisprudencial rica.

- **DESVANTAGENS:**

- um dos piores sistemas do mundo;
- Na prática: instrumento de vingança do credor (quebra o devedor mas fica sem receber);
- Não há meio de recuperação do crédito (pelo credor) ou do negócio (pelo devedor).





# **A NOVA LEI**

**Lei nº. 11.101/05, 09/02/2005**

- **NOÇÕES GERAIS**

- **Direito falimentar x direito de recuperação;**
- **princípio da manutenção da atividade produtiva x finalidade liquidativa;**
- **Empresa como agente econômico;**
- **Relação social de custo/benefício => manutenção da empresa => benefícios para toda a sociedade;**



- **NO DIREITO COMPARADO**

- **FRANÇA:**

- ***Code de Commerce - Livre VI* (Das dificuldades das empresas)**
  - prevenção e regulação amigável das dificuldades da empresa;
  - recuperação judicial;
  - liquidação judicial (substituiu a falência);

- **EUA:**

- **Federal Bankruptcy Code - Title 11 do US Code:**
  - Chapter 7 - Liquidação
  - Chapter 11 - Reorganização
  - Chapter 12 - Reabilitação de agricultor
  - Chapter 13 - Reabilitação de pessoa física



- **PROCEDIMENTOS DA NOVA LEI DE FALÊNCIAS:**

- **Recuperação Extrajudicial:** negociação amigável com credores sem intervenção direta do judiciário (este apenas homologa o plano)
- **Recuperação Judicial:** parecida com a recuperação extrajudicial, mas com maior intervenção do Estado-juiz
- **Falência**
  - **Cessão da Empresa** (art. 153): permite que a empresa continue exercendo sua atividade - não mais pelo devedor mas pelo comprador. Pode ser global ou parcial.
  - **Liquidação da Empresa:** Não há continuação da atividade

# MUDANÇA NA CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS

**Antes (art. 102):**

- 1. Crédito tributário**
- 2. Crédito previdenciário**
- 3. Créditos trabalhistas / acidente de trabalho**
- 4. Créditos com direito real de garantia**
- 5. Créditos com privilégio especial**
- 6. Créditos com privilégio geral**
- 7. Créditos quirografários**
- 8. Encargos gerais e especiais**

**Depois (art. 83):**

- 1. Créditos trabalhistas / acidentes de trabalho**
- 2. Créditos com direito real de garantia**
- 3. Créditos tributários**
- 4. Créditos com privilégio especial**
- 5. Créditos com privilégio geral**
- 6. Créditos quirografários**
- 7. Créditos subordinados**
- 8. Despesas extra-concursais**

# RECUPERAÇÃO JUDICIAL X CONCORDATA

- **Concordata**

- Prazos e condições fixados em lei;
- Proibida expressamente negociação;
- Apenas credores quirografários;
- Não há possibilidade de alteração posterior.

- **Recuperação**

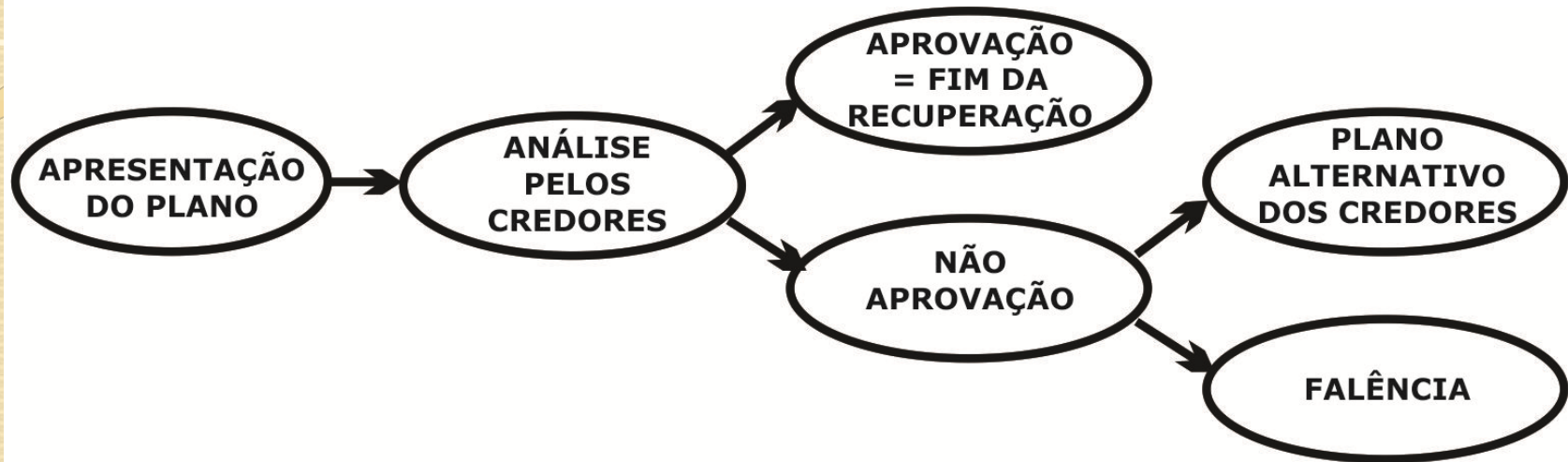
- Prazos e condições estabelecidos por credores e devedor no plano de recuperação;
- Permitida livre negociação;
- Pode envolver todo tipo de credores;
- Há possibilidade de alteração posterior.

# RECUPERAÇÃO JUDICIAL X CONCORDATA

- Não há mais restrição para empresa com título protestado;
- Não há obrigação de ativo líquido superior a 50% do passivo quirografário, mas apenas necessidade do devedor demonstrar viabilidade jurídica da atividade econômica;
- A recuperação não é o processo que perdura até o pagamento final, mas sim o prazo em que negociam credores e devedor. Depois disso se tem a novação das dívidas ou a falência.



# RECUPERAÇÃO JUDICIAL



- Após homologação do plano, havendo descumprimento, é possível:
  - (i) pedir a falência do devedor
  - (ii) executar especificamente o título não-pago



# FALÊNCIA

- Mantida na nova lei
- Mais célere
- Instituição de **valor mínimo**
- Permite-se novas modalidades de venda do ativo (em blocos, através de cessão, etc.)
- Para fins de liquidação, manteve-se a modalidade de venda anteriormente prevista: leilão

# FALÊNCIA

- **Recai sobre:**
  - **devedor impontual, em caso de dívida superior a 40 salários mínimos;**
  - **executado que não paga, não deposita, não nomeia bens à penhora;**
  - **empresário que age com fraude a credores.**



# PRINCÍPIOS DA LEGISLAÇÃO FALIMENTAR BRASILEIRA

1. Princípio da preservação da empresa
2. Princípio da viabilidade da empresa
3. Princípio da proteção aos trabalhadores
4. Princípio da celeridade, eficiência e publicidade dos procedimentos
5. Princípio da participação dos credores
6. Princípio da *par conditio creditorum*
7. Princípio da maximização dos ativos
8. Princípio do rigorismo penal



# PRINCÍPIOS DA LEGISLAÇÃO FALIMENTAR BRASILEIRA

## 1. Princípio da preservação da empresa

- **Função social da empresa**
  - Preservação dos empregos
  - Preservação dos tributos
  - Geração de riquezas



# PRINCÍPIOS DA LEGISLAÇÃO FALIMENTAR BRASILEIRA

## 2. Princípio da viabilidade da empresa

- **Recuperação X falência**
  - Existe um plano de recuperação?
  - Quais os critérios de sua avaliação?
  - Existe expectativa de êxito?
  - Como garantir sua execução?



# PRINCÍPIOS DA LEGISLAÇÃO FALIMENTAR BRASILEIRA

## 3. Princípio da proteção aos trabalhadores

- **Garantia de emprego**
- **Preferência no recebimento dos créditos (falência)**



# PRINCÍPIOS DA LEGISLAÇÃO FALIMENTAR BRASILEIRA

4. Princípio da celeridade, eficiência e publicidade dos procedimentos
  - **Celeridade e eficiência**
    - Lei anterior era obsoleta e cheia de rigorismo formal
    - A nova lei dificulta a prática de expedientes protelatórios
    - Substituição da figura do síndico pela do administrador (pode ser empresa especializada)
  - **Publicidade**
    - Transparência





# PRINCÍPIOS DA LEGISLAÇÃO FALIMENTAR BRASILEIRA

5. **Princípio da participação dos credores**
  - **Recuperação judicial**
    - Credores devem formar maioria sobre o plano
    - Assembléia de credores
    - Comitê representativo de classes de créditos
    - Possibilidade de interferência direta na administração do negócio
  - **Recuperação extrajudicial**
    - Apenas credores mais importantes



# PRINCÍPIOS DA LEGISLAÇÃO FALIMENTAR BRASILEIRA

## 6. Princípio da *par conditio creditorum*

- **Equidade**
  - Ativo maior que o passivo
  - Passivo maior que o ativo
- **Classes de credores**
  - Credores recebem equitativamente dentro de sua classe



# PRINCÍPIOS DA LEGISLAÇÃO FALIMENTAR BRASILEIRA

7. **Princípio da maximização dos ativos**
  - **Fiscalização da massa**
    - Maximizar ou preservar os bens
  - **Venda em bloco**
    - Da empresa
    - De filiais
    - De bens



# PRINCÍPIOS DA LEGISLAÇÃO FALIMENTAR BRASILEIRA

8. **Princípio do rigorismo penal**
  - **Onze tipos penais**
    - Nove tipos preveem pena de reclusão de dois a quatro anos (o que impossibilita a suspensão condicional do processo)



# **ESTRUTURA DA LEI DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIA**

- **Capítulo I - Disposições Preliminares**
  - **Artigos 1° a 4°**
  
- **Capítulo II - Disposições Comuns à Recuperação Judicial e à Falência**
  - **Seção I - Disposições Gerais - Artigos 5° e 6°**
  - **Seção II - Da Verificação e da Habilitação de Créditos - Artigos 7° a 20**
  - **Seção III - Do Administrador Judicial e do Comitê de Credores - Artigos 21 a 34**
  - **Seção IV - Da Assembléia-Geral de Credores - Artigos 35 a 46**



# **ESTRUTURA DA LEI DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIA**

- **Capítulo III - Da Recuperação Judicial**
  - **Seção I - Disposições Gerais - Artigos 47 a 50**
  - **Seção II - Do Pedido e do Processamento da Recuperação Judicial - Artigos 51 e 52**
  - **Seção III - Do Plano de Recuperação Judicial - Artigos 53 e 54**
  - **Seção IV - Do Procedimento de Recuperação Judicial - Artigos 55 a 69**
  - **Seção V - Do Plano de Recuperação Judicial para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Artigos 70 a 72**
- **Capítulo IV - Da Convolação da Recuperação Judicial em Falência**
  - **Artigos 73 e 74**





# **ESTRUTURA DA LEI DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIA**

- **Capítulo V - Da Falência**
  - **Seção I - Disposições Gerais - Artigos 75 a 82**
  - **Seção II - Da Classificação dos Créditos - Artigos 83 e 84**
  - **Seção III - Do Pedido de Restituição - Artigos 85 a 93**
  - **Seção IV - Do Procedimento para a Decretação da Falência - Artigos 94 a 101**
  - **Seção V - Da Inabilitação Empresarial, dos Direitos e Deveres do Falido - Artigos 102 a 104**
  - **Seção VI - Da Falência Requerida pelo Próprio Devedor - Artigos 105 a 107**
  - **Seção VII - Da Arrecadação e da Custódia dos Bens - Artigos 108 a 114**





# **ESTRUTURA DA LEI DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIA**

- **Capítulo V - Da Falência**
  - **Seção VIII - Dos Efeitos da Decretação da Falência sobre as Obrigações do Devedor - Artigos 115 a 128**
  - **Seção IX - Da Ineficácia e da Revogação de Atos Praticados antes da Falência - Artigos 129 a 138**
  - **Seção X - Da Realização do Ativo - Artigos 139 a 148**
  - **Seção XI - Do Pagamento aos Credores - Artigos 149 a 153**
  - **Seção XII - Do Encerramento da Falência e da Extinção das Obrigações do Falido - Artigos 154 a 160**



# **ESTRUTURA DA LEI DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIA**

- **Capítulo VI - Da Recuperação Extrajudicial**
  - **Artigos 161 a 167**
- **Capítulo VII - Disposições Penais**
  - **Seção I - Dos Crimes em Espécie - Artigos 168 a 177**
  - **Seção II - Disposições Comuns - Artigos 178 a 182**
  - **Seção III - Do Procedimento Penal - Artigos 183 a 188**
- **Capítulo VIII - Disposições Finais e Transitórias**
  - **Artigos 189 a 201**